

# DE COMO NÃO É POSSÍVEL PRESCINDIR DA REFERÊNCIA: UMA CRÍTICA À SEMÂNTICA SEM REFERÊNCIA DE CHOMSKY

Roberta PIRES DE OLIVEIRA (UFSC)\*  
Ronald TAVEIRA DA CRUZ (PG-UFSC)\*\*

'I don't know what you mean by "glory,"' Alice said. Humpty Dumpty smiled contemptuously. 'Of course you don't - till I tell you. I meant "there's a nice knock-down argument for you!"'  
'But "glory" doesn't mean "a nice knock-down argument,"' Alice objected. 'When I use a word,' Humpty Dumpty said in rather a scornful tone, 'it means just what I choose it to mean - neither more nor less.'  
(Lewis Carroll, *Through the Looking Glass*)

## 1. Uma semântica sem referência

É possível detectar, no cenário atual da semântica, três abordagens, não incompatíveis<sup>1</sup>, para explicar o significado: a mentalista (ou ideacional ou representacional), a acional (ou pragmático-social ou comportamental) e a denotacional (ou referencial). Elas representam diferentemente a relação considerada tradicionalmente como básica para a semântica: a relação de referência. A mentalista entende que a referência é interna à própria mente. Assim, *cachorro* se refere ao conceito mental CACHORRO. As práticas sociais engendram o conceito coletivo que é, na abordagem acional, a referência de *cachorro*. Finalmente, a referencial entende que *cachorro* se refere a um conjunto de cachorros no mundo (ou mundos). Chomsky (2000 entre outros<sup>2</sup>) tem se oposto à própria idéia de uma teoria da referência, ao negar, com maior ou menor grau de intensidade, qualquer das alternativas acima expostas. Segundo ele, uma teoria da referência não é possível porque a referência é um uso e enquanto tal não é sistemático, mas absolutamente dependente da vontade

\* pires@cce.ufsc.br, \*\* rhonas@terra.com.br

humana que, como sabemos, é livre. A ausência de uma teoria da referência explica porque, na arquitetura da linguagem proposta por este autor, não há semântica. Passamos diretamente da Forma Lógica, nível em que ocorrem as relações de escopo, de anáfora..., e que pode, como aliás o faz o próprio Chomsky, ser chamado de semântica-sintaxe, para o módulo conceito-intencional, cujo estudo está fora do escopo da lingüística naturalista. Nesse modelo só há lugar para uma semântica sem referência, única maneira de torná-la puramente manipulação de forma, uma semântica-sintática.

Assim, um dos problemas para aqueles que desejam conciliar a teoria gerativa e uma teoria do significado, ou melhor, construir uma teoria do significado que se ancore em uma sintaxe gerativa, ou uma teoria do significado dentro da Gramática Universal (GU), é a rejeição que Chomsky faz da referência. Afinal não parece ser possível uma teoria do significado sem de algum modo ligar linguagem com algo (seja o que este algo for) que não é linguagem. Evidentemente, Chomsky não nega que haja essa ligação. O que ele nega é a possibilidade de estudar essa ligação dentro do modelo naturalista. Há sim referência, porém, apenas no sentido da linguagem ordinária e não como um conceito técnico; ao menos não como este termo tem sido entendido na filosofia da linguagem. Defrontamos, pois, com alguns impasses que marcam fortemente os textos chomskianos, entre eles: aquele que distingue radicalmente os limites entre a metodologia naturalista e as humanidades; aquele que distingue a lingüística-Interna da lingüística-Externa; a Língua-I e a Língua-E. Fatos do humano não são passíveis de sistematização porque não têm caráter de lei natural. Dessa maneira, a ligação entre linguagem e algo que não é linguagem está fora do recorte teórico-metodológico do lingüista; é um fenômeno da língua-E. O estudo dessa ligação deve pertencer às humanidades, porque a referência sendo um dos usos possíveis da linguagem, não se funda sobre qualquer relação sistemática entre linguagem e realidade (mundo). Não se trata apenas de afirmar, como faz Chomsky, que as palavras em si não referem, são os falantes que “usam” as palavras de acordo com suas intenções e perspectivas para falar sobre o mundo, mas de negar que haja sistematicidade no uso

que o falante faz de suas palavras. Os falantes usam as palavras conforme a sua livre vontade, por isso não há regularidade de uso.<sup>3</sup> Não há como fazer uma lei de uso, sem ferir os princípios básicos do humano.

Chomsky nega veementemente tanto a teoria referencial clássica, cuja origem é Frege (1978), quanto teorias referenciais que entende que a relação de referência é direta, como Kripke e Putnam (1975). Em ambos os casos trata-se também de negar a idéia de convenção como fundamento do significado. Sua posição sobre a teoria mentalista é dúbia, como veremos mais adiante. Vejamos de início aquelas que ele rejeita claramente. Ele descarta a teoria da referência presente em Frege, porque, por um lado, ela se ancora no conceito de sentido que é uma entidade pública, compartilhada pela comunidade. Ele é, portanto, convencional. Por outro, Frege entende que a relação de referência é entre a linguagem e os objetos do mundo, aliás um único mundo. Também a teoria da referência causal de Kripke (1972), ou a versão de Putnam, que adota a hipótese de que o sentido é “contextual, contingente, convencional” (Chomsky *apud* Putnam 1992: 25). Acreditar nestas teorias é, segundo o lingüista, menosprezar a complexidade da semântica das línguas naturais. Tomemos, por exemplo, a questão do significado da palavra *água*. Para Frege, o termo *água* refere-se, via sentido, ao objeto água no mundo. Para Kripke, esta relação é direta e única, sem a mediação do sentido. Putnam modifica essa versão a partir da discussão sobre o experimento psicológico da Terra Gêmea. Nesse experimento um mesmo sentido, água, pega dois referentes distintos, H<sub>2</sub>O na Terra e XYZ na Terra Gêmea. Mina-se, dessa forma, a teoria de significado em que entre palavra e mundo há o sentido e se instaura a idéia de que este vínculo entre linguagem e não-linguagem é estabelecido através de um ato de batismo comunal, direto e único (a referência é uma em cada um dos mundos possíveis).

Para Putnam (1975), há dois caminhos congruentes para o ato de batismo: ou há uma convenção sustentando o uso, porque, em consonância com Chomsky, os termos em si não se referem, ou, se a convenção não é suficiente para decidirmos se um dado objeto cai ou não na extensão de um nome, recorreremos ao especialista. Só um botânico

pode afirmar que árvore é *olmo* e que árvore é *faia*. Mais uma vez, em quaisquer dos casos, há uma ligação, regida pela convenção, sistemática entre linguagem e mundo. Só que em Putnam essa relação é mantida pela autoridade dos cientistas. Trata-se do que ele chamou de divisão social do significado. Chomsky nega os dois lados da teoria de Putnam. Primeiro, ele não admite que a relação de referência seja explicada pela convenção; segundo, ele mostra que recorrer ao conhecimento científico para determinar a referência e o significado é, no fundo, reiterar uma relação de poder, ainda por cima mascarada de objetividade<sup>4</sup>. A convenção poderia até sustentar o uso referencial, mas seu estudo não pode ser empreendido segundo a metodologia naturalista porque não se trata de uma lei natural, mas de um contrato social; logo está fora do âmbito da lingüística naturalista.

Este artigo irá mostrar que, embora Chomsky tenha razão em muitos pontos, em especial sua crítica à noção de convenção, sua posição radical quanto à referência parece ser insustentável, tanto é assim que o próprio Chomsky acaba por abandonar a posição radical, realizando, por um lado um movimento metodológico e, por outro, sem grandes explicitações, uma virada ontológica, em que ele atualiza sua visão e passa em falar, sem grandes explicitações, de uma relação de referência, contudo, não com o mundo externo, sim, com um domínio mental. Acaba, então, por assumir, ainda que de forma branda, uma espécie de teoria mentalista da referência, que, no fundo, mina sua posição inicial de que a referência não é regrada, não é sistemática. O caminho que vamos propor toma a relação de referência como necessária para o módulo da linguagem, mas propõe uma nova arquitetura.

## 2. A virada metodológica

A hipótese de que se pode fazer semântica sem se recorrer em algum momento ao conceito de referência é tão pouco plausível que o próprio Chomsky acaba por abandoná-la, inicialmente, através de uma estratégia metodológica, que iremos comentar nesta seção, em seguida,

assumindo, mas de modo bastante ameno, uma visão mentalista. A estratégia metodológica consiste em aceitar que há referência, mas que essa referência é a um domínio D, um construto teórico elaborado pelo semanticista sem qualquer suporte psicológico, metafísico; trata-se de um aparato técnico, independente do falante, que o semanticista lança mão para explicar a linguagem:

Within internalist semantics, there are explanatory theories of considerable interest that are developed in terms of a relation R (read “refer”) that is postulated to hold between linguistic expressions and something else, entities drawn from some stipulated Domain D (perhaps semantic values).

The relation R, for example, holds between the expressions *London* (*house*, etc.) and entities of D that are assumed to have some relation to what people refer to when they use the words *London* (*house*, etc.), though that presumed relation remains obscure. As noted, I think such theories should be regarded as a variety of syntax. (Chomsky 2000: 38-39, grifo nosso).

Desta forma, propõe-se que seja postulada uma relação de referência, que o autor chama de relação R, entre linguagem e o domínio D; D e R são noções puramente técnicas como c-comando, procrastinar, mover, etc, e não entidades “quaisquer”, sejam elas do mundo mental do falante, do mundo interacional ou do mundo das coisas (real): Como as demais entidades teóricas essa relação necessita de sustentação em evidências empíricas:

The relation R and the construct D must be justified on the same kinds of grounds that justify other technical syntactic notions... R and D are what we specify that they are, within a framework of theoretical explanation” (Chomsky 2000: 40).

Assim, D e R são construtos teóricos do lingüista, ou mais precisamente, do semanticista. Essa postura é absolutamente coerente com o projeto gerativo, pois modelos teóricos constroem “linguagens”<sup>5</sup> técnicas que não tem nenhuma relação com a linguagem natural. A (meta) linguagem não precisa ter qualquer relação com o uso que os falantes fazem do termo *linguagem* em suas interações cotidianas. Essa é, na verdade, a norma na ciência. Quem é que imagina que o metatermo *matéria* na física tenha relação com os usos ordinários desse termo? A diferença a respeito da relação R, é que, surpreendentemente, essa relação R é desvinculada da intuição do falante. Neste caso, o fato de que um falante sabe que uma sentença como:

(1) Chove

É verdadeira se e somente se estiver chovendo no momento de fala parece não contar. Mas, ao mesmo tempo, Chomsky precisa postular a relação R, porque sem ela não é possível fazer semântica, ela é necessária mesmo para uma semântica-sintaxe. E note que com ela a semântica continua a ser sintaxe porque se trata de uma relação formal entre entidades de duas ordens.

O curioso é que Chomsky hesita em afirmar a realidade psicológica dessa relação R e do domínio D, ao menos no capítulo 2 de Chomsky 2000; no capítulo 5 deste mesmo livro sua posição já é muito mais claramente mentalista, a virada ontológica já se deu. Se alguns termos técnicos da sintaxe como c-comando e concatenar são dados indiscutivelmente, por meio de várias evidências, como presentes na mente dos falantes, em seu órgão da linguagem, portanto, com realidade psicológica, por que não esperar o mesmo destes termos semânticos?

Além da relação R, Chomsky admite que há uma outra relação de referência, que ele chama de relação R', que se caracteriza por ser uma relação efetiva, “encorpada”, entre expressões lingüísticas e objetos, isto é, uma relação que efetivamente refere a objetos no mundo. Mas essa relação, ao contrário do que tradicionalmente se afirma na semântica,

não é, em primeiro lugar, uma relação entre linguagem e objeto, também não é uma relação convencional, fixada pela comunidade. É uma relação que depende das intenções do falante, da perspectiva que ele quer adotar, e por isso, impossível de ser descrita pela metodologia naturalista. A relação  $R'$  é um uso da linguagem.

The terms themselves do not refer, at least if the term *refer* is used in its natural-language sense; but people can use them to refer to things, viewing them from particular points of view – which are remote from the standpoint of the natural sciences (Chomsky 2000: 36).

And if we devise a relation  $R'$  holding between linguistic expressions and things, somehow construed, we would have no intuitions about it” (Chomsky 2000: 40)

Essa relação  $R'$  está, portanto, não apenas fora do alcance da ciência natural, logo, fora da possibilidade de descrição naturalista da linguagem. Mas o ponto mais agudo é que os filósofos que a tomam como básica estão profundamente equivocados, porque ela não descreve corretamente o comportamento lingüístico dos falantes. Os falantes usam a língua para se referir de maneira livre, sem restrição.

Chomsky não invoca *Londres* gratuitamente. Este caso foi discutido por Kripke e tem sido denominado de Paradoxo de Londres. Imagine que Londres foi totalmente destruída e foi, em seguida, reconstruída em um local a 50 km da antiga Londres. Nessa situação a sentença *Essa é e não é Londres*, dita apontando para a nova Londres, é ou não é verdadeira? Chomsky não vê nada de interessante nesse caso, assim como não vê interesse no caso da *água* de Marte, porque o que há aí é simplesmente o estabelecimento de perspectivas: em uma certa perspectiva essa é Londres, em outra, essa não é Londres, depende de sobre que aspecto o falante quer falar, das circunstâncias que o motivam

a falar. De uma certa perspectiva, aquilo, apontando para uma xícara com água de Marte (ou água que passou por um filtro em que estava um saquinho de chá) é água, de outra não é água, mas HYZ (ou água com chá). Novamente, depende das intenções do falante. Podemos socialmente estipular se aquilo é ou não Londres, mas essa é uma relação de normatização que diz respeito às normas sociais, não tem a ver com as leis da natureza.

More generally, person X uses expression E with its intrinsic semantic properties to talk about the world from certain intricate perspectives, focusing attention on particular aspects of it, under circumstances C, with the “locality of content” they induce (in Bilgrami’s sense). (Chomsky 2000: 150)

### 3. A virada ontológica

A estratégia de mostrar que a referência é uma noção técnica do semanticista é apresentada em Chomsky 2000 no capítulo 2. Logo em seguida, no capítulo 3, o autor critica Donald Davidson, recortando fragmentos do artigo “A Nice Derangement of Epitaphs”, em que o autor defende que as línguas naturais não são convenções, um ponto em acordo com Chomsky. Nesse artigo, Davidson “considera a tese de que o objetivo do estudo descritivo do significado é construir uma teoria explícita que é um modelo da competência lingüística do intérprete, uma teoria recursiva de um certo tipo tal que só podemos descrever o que um intérprete pode fazer se apelarmos para ela.” (Chomsky 2000: 56, tradução nossa). Chomsky continua, agora citando Davidson: “não se acrescenta nada a esta tese dizer que se a teoria descreve corretamente a competência de um intérprete, alguns mecanismos no intérprete devem corresponder à teoria” (Chomsky 2000: 56, tradução nossa). Davidson está, pois, admitindo que o objetivo do lingüista é elaborar uma teoria, recursiva e referencial, embora não convencional, que descreva e explique corretamente o comportamento lingüístico do falante; postular que essa teoria tem realidade psicológica,

que ela corresponda a mecanismos internos ao falante, não acrescenta, segundo Davidson, nada. Esse posicionamento é frontalmente inconsistente com o programa gerativista, que quer, além da adequação descritiva, a adequação explicativa, por isso nosso estranhamento quando Chomsky parece vacilar em afirmar que a relação R e o domínio D são entidades psicológicas.

Aliás, é precisamente a adequação explicativa que leva Chomsky a repudiar explicitamente a postura de Davidson:

For anyone approaching these problems (o problema do intérprete) from the standpoint of the natural sciences, the final comment (transcrito acima) quoted is utterly wronghead. If it had any validity, the analogous comment would apply in the study of visual perception, or chemistry. As elsewhere, it adds a great deal to the thesis to say that “some mechanisms in the interpreter...correspond to the theory.” (Chomsky 2000: 56, grifo nosso)

A tese é de que se descrevo o que o falante pode fazer é porque espero encontrar o descrito na evidência empírica, logo tal teoria deve corresponder aos mecanismos do intérprete: “um cientista natural que constrói uma teoria que descreve o que um intérprete pode fazer, vai atribuir aos sujeitos certos mecanismos fixos e explícitos que devem ter as propriedades assumidas nesta abordagem descritiva, não outras” (Chomsky 2000: 56, tradução nossa). Por exemplo, se o cientista faz uma teoria sobre átomos e ele assume que no hidrogênio há átomos, é porque ele espera que as entidades teóricas tenham uma contraparte no mundo; ele espera que haja átomos.

Por que é, então, que Chomsky não postula que a relação R, imprescindível para a semântica, corresponda a algum mecanismo na mente do falante? Por que é que ele acena com a possibilidade de ela ser apenas um termo teórico? Talvez porque ela seja obscura, talvez porque se assumir que ela tem realidade psicológica, Chomsky tem que aceitar que a liberdade

do falante tem limitações. Assumir que a relação R é sistemática e que pode ser atribuída ao sujeito, significa assumir que há uma sistematicidade relacionando linguagem e não linguagem, ou em outros termos, a relação de referência não depende exclusivamente da vontade do falante, embora o falante tenha sempre a liberdade de romper com a sistematicidade. Assim, para salvar a coerência interna, Chomsky já prevê alguma plausibilidade psicológica destes construtos técnicos da semântica, arrastando-os para uma perspectiva mentalista. Para o lingüista, se há esta relação R, ela é interna à mente. Da mesma forma, D é um domínio mental:

Should we assume that expressions pick out things, intrinsically? More generally, should the 'weakest assumptions, about the interface relations and the way they enter into thought and action be supplemented to include relations that hold between certain expressions and external things? That is commonly assumed, though we have to take care to distinguish two variants: (1) things in the world, or (2) things in some kind of mental model, discourse representation, and the like. If the latter, then the study is again internalist, a form of syntax" (Chomsky 2000: 129)

Se num certo nível discursivo, Chomsky não deixa claro que possa haver uma teoria da referência precisamente porque ela é um uso e enquanto tal não é passível de uma naturalização (porque é assistemática), em outro, ele acena com uma aceitação velada, re-introduzindo a referência internamente no falante, em forma de sintaxe. Aquilo que inicia vacilante como um construto teórico ganha plausibilidade psicológica, um caráter mental: trata-se de uma virada ontológica.

#### 4. O retorno da referência

Chomsky nega veementemente que haja uma relação fixa entre linguagem e não-linguagem, sendo ou não essa relação mediada pelo falante.

Nesse ponto, e surpreendentemente, ele se equipara ao segundo Wittgenstein: a linguagem é um uso. Mas, e esta é uma diferença radical, Wittgenstein ancora sua teoria da linguagem na noção de “seguir uma regra” que é interpretada como seguir a regra da comunidade, logo, um acordo social<sup>6</sup>. Não há nada que me obrigue a usar *água* para me referir à água, a não ser a norma da comunidade. Poderia usar *água* para me referir ao meu estado de sede, ou para me referir a qualquer outro objeto desde que a comunidade assim o fizesse. Chomsky, no entanto, não pode aceitar a noção de convenção, porque ela é estranha a metodologia naturalista.

Como já vimos, sustentar que não há qualquer relação de referência não parece ser possível, daí Chomsky fazer a manobra metodológica. Essa manobra não é, no entanto, suficiente porque ela é inconsistente com o programa gerativo que requer adequação explicativa, realidade psicológica. Nesse impasse, Chomsky acena com uma posição mentalista da referência, daí a manobra ontológica, mas seu discurso é sempre bastante modalizado, para não dizer escorregadio. Eis um fragmento que exemplifica esse ponto:

At most, I-linguistics is committed to (8):

- (8) a. When X understands the word W, X makes use of its properties.  
b. The properties might include I-sound and I-meaning and, if so, the latter play a part in determining what X refers to in using W.  
(Chomsky 2000: 187)

No fragmento acima, Chomsky admite que há uma certa determinação da palavra no ato de referência, isto é, não usamos as palavras para nos referirmos ao que nós quisermos; há restrições impostas pelas próprias palavras. Há restrições de ordem interna, que dizem respeito às propriedades da palavra. Por exemplo, *amar* supõe um amador e um amado, experienciador e tema. Além disso se x ama y, então x gosta de y. Veja que no trecho citado acima não há nenhum compromisso com uma semântica mentalista, em que as palavras se referem a conceitos mentais. O que Chomsky sugere é que a estrutura lexical impõe restrições

ao uso. Em outros termos, o falante deve no mínimo respeitar essa estrutura. Fica a questão: essa estrutura é dada via história da espécie, do indivíduo ou da comunidade?

Em vários fragmentos Chomsky claramente opta por uma combinação das duas primeiras alternativas e nesse ponto ele se aproxima muito da reflexão que Davidson (1986) faz. Por um lado, há traços universais que constituem a estrutura interna das palavras e que restringem seu uso. Por outro, há as línguas individuais, com sua semântica individual. O argumento fundamental do autor está na aquisição do léxico. As crianças não apenas aprendem muitas palavras por dia num certo período de sua vida, como usam essas palavras sem qualquer problema, ao passo que um lexicógrafo tem muito trabalho para descrever, mesmo que parcialmente, os significados dessas palavras. A semântica como a sintaxe amadurece no indivíduo em forma de estrutura.

Compare o fragmento acima com o próximo:

The internalist study of language also speaks of “representations” of various kinds, including phonetic and semantic representations at the “interface” with other systems. But here too we need not ponder what is represented, seeking some objective construction from sounds or things. The representations are postulated mental entities, to be understood in the manner of a mental image of a rotating cube, whether it is the consequence of tachistoscopic presentations or a real rotating cube, or stimulation of the retina in some other way; or imagined, for that matter. (Chomsky 2000: 160, grifo nosso)

Também nesse fragmento há a sugestão de que a relação de referência é interna, há uma certa indicação de que estamos numa abordagem ideacional do significado. Seja como for, há referência, pois, é sem ela dificilmente haveria semântica.

## 5. Não é possível fazer semântica sem referência

O ponto cego em Chomsky parece estar na exacerbação do conceito de liberdade, que impede uma aproximação entre os domínios da ciência natural e das humanidades. O que em Chomsky impossibilita assumir a necessidade de uma teoria da referência, no sentido de que há uma relação sistemática entre linguagem e não-linguagem, é o postulado de que podemos usar as palavras livremente, de que não há nada que nos obrigue a usar *mesa* para falar de mesa. Sem dúvida alguma, ele tem razão, mas isso não significa que esse uso seja absolutamente livre. Não pode ser esse o caso, como o próprio Chomsky parece notar, porque se assim fosse, simplesmente não haveria possibilidade de haver um sistema semântico. A capacidade semântica do falante seria inviável. Este é o ponto que iremos desenvolver como conclusão.

Em primeiro lugar, é preciso esclarecer que tem razão Chomsky quando diz que o conceito de convenção não nos ajuda a explicar as línguas naturais, portanto essa sistematicidade não pode ser resultado de um contrato social; ela é, diríamos, inerente ao próprio sistema semântico. De outra perspectiva, Davidson mostra, com muita acuidade, que a convenção não pode explicar a comunicação. Trata-se precisamente do inverso, dado que já temos comunicação, então é possível ter convenção. Assim, ela não é nem necessária nem suficiente para explicarmos a linguagem. Mas, Davidson abre mão da noção de convenção mantendo o conceito de regularidade do sistema, sem o qual o sistema entra em colapso. Deixemos de lado a perspectiva da comunicação, porque Chomsky a rejeita (Seria adotar a perspectiva externalista) e vamos nos concentrar na perspectiva interna ao indivíduo, na sua capacidade semântica internalizada, no seu sistema semântico interno e individual (outro ponto de acordo entre Chomsky e Davidson).

Como parece ser consenso, um semanticista deve descrever e explicar a capacidade semântica que um falante tem (ver Chierchia 2003). Ora essa capacidade certamente não é apenas pontual, no sentido de que um falante sabe em que condições usar uma dada sentença. Uma teoria que apenas produzisse sentenças-T, isto é, sentenças com a forma:

A sentença “ \_\_\_\_\_ ” é verdadeira se e somente se \_\_\_\_\_.

Seria trivial e inadequada, porque não conseguiria explicar duas propriedades das línguas naturais: o fato de que compreendemos sentenças que nunca antes ouvimos, a famosa criatividade; e o fato de que saber uma língua não é saber uma sentença, mas saber entrelaçar sentenças. Essas duas propriedades estão relacionadas à questão da regularidade do sistema. A segunda propriedade, que tem sido chamada de trama de sentenças aparentemente não é problemática, porque Chomsky a aceita de bom grado, afinal ele entende que a semântica-I tem que dar conta das relações de acarretamento, entre outras.

Insofar as the relation of rhyme that holds between “chase” and “lace” is based on properties of I-sounds, and the relation of entailment that holds between “chase” and “follow” on properties of I-meaning, both fall under syntax, in a traditional sense. (*ibidem* 174).

Evidentemente, se alguém perseguiu algo, esse alguém seguiu esse algo, porque de algum modo, *seguir* faz parte do significado de *perseguir*. E essa relação é puramente formal, porque diz respeito apenas às propriedades internas do item lexical *perseguir*. Já essa relação supõe que haja uma sistematicidade de uso, porque esse uso é ditado pela estrutura da própria palavra. Assim, não é possível usar *perseguir* sem acarretar que seguiu. Veja o que ocorreria:

(2) João perseguiu Maria, mas não a seguiu.<sup>7</sup>

A sentença em (2) é contraditória, precisamente por causa do significado de *perseguir*. Chomsky diria que não há aí referência. Mas é evidente que isso mostra que o uso referencial não é aleatório e não depende apenas da perspectiva que o falante quer impor à situação, depende também do sistema semântico interno do falante.

A questão da criatividade é mais espinhosa. Aparentemente Chomsky atribui várias interpretações à noção de criatividade. Em alguns momentos ela se confunde com recursividade, em outros com composicionalidade e, em outras ainda, diz respeito ao fato de que um falante pode reagir de forma absolutamente imprevisível frente a um estímulo externo. Essa última sustenta a recusa ao modelo comportamental de aprendizagem e de concepção de homem. A composicionalidade e a recursividade podem ser equiparadas, no sentido de que o que as sustenta é a existência de regras que garantem a sua reaplicabilidade. Um exemplo de regra semântica é: se  $\alpha$  é verdadeira  $\sim\alpha$  é falsa é vice-versa. Essa regra explica que a negação dê sempre a mesma contribuição para o significado da sentença.

Essa sistematicidade é absolutamente necessária, se quisermos explicar a criatividade. Note, no entanto, que no caso da negativa essa sistematicidade é referencial, porque se trata de um valor de verdade. Sem essa regularidade de uso, o sistema simplesmente não funciona. Ora, se o uso das palavras fosse aleatório, absolutamente dependente da vontade humana, irrestrito, nada impediria que *perseguir* ora acarretasse *seguir* ora não, porque o falante decidiu mudar o uso da palavra. Nada bloquearia que a negação ora tivesse o significado dado acima ora tivesse outro e em outro momento tivesse outro ainda. Estaríamos, então, num reino ainda mais maluco do que aquele do Humpty Dumpty, em que eu uso as palavras conforme eu quero. Neste caso, a pena não é apenas a de não ser compreendido; exatamente o ponto que Alice faz, quando afirma que ela não consegue entender o que ele quer dizer. Mais terrível ainda, a pena é a impossibilidade mesmo de linguagem, de uma língua-I qualquer, porque se trataria de uma não compreensão muito mais radical porque se tornaria uma incompreensão interna ao próprio falante. O sistema simplesmente não poderia funcionar.

Chomsky poderia alegar que o argumento acima diz respeito à necessidade de regularidade, de sistematicidade e não de referencialidade. Mas o que é que garante a regularidade? O fato de que um certo item lexical referir-se sempre a uma mesma função, uma mesma regra. Por

isto, a relação de referência é imprescindível, mesmo de uma perspectiva naturalista (internalista). Há, pois, uma referência que é semântica, é sistemática, é natural, e, é evidente, trata-se antes de uma forma de referência.

### Referências Bibliográficas

CHIERCHIA, Gennaro. *Semântica*. Campinas: Editora da Unicamp; Londrina: Eduel. 2003.

CHOMSKY, Noam. Review of B.F. Skinner, *Verbal Behavior*. *Language* 35. 26-58. 1959.

\_\_\_\_\_. *Knowledge of Language. Its Nature, Origin, and Use*. New York: Praeger. 1986

\_\_\_\_\_. *Language and Thought*. Moyer Bell. 1993.

\_\_\_\_\_. *New horizons in the study of language and mind*. Cambridge University Press, Cambridge, 2000.

DAVIDSON, Donald. A Nice Derangement of Epitaphs. In: E.LePore (ed.), *Truth and Interpretation. Perspectives on the Philosophy of Donald Davidson*, 433-44. Oxford: Basil Blackwell. 1986.

\_\_\_\_\_. The Social Aspect of Language. In: B.McGuinness and G.Oliveri (eds.), *The Philosophy of Michael Dummett*, 1-16. The Hague: Kluwer Academic Publishers. 1994.

FREGE, G. Sobre o sentido e a referência. *Lógica e Filosofia da linguagem* São Paulo: Cultrix. 1978.

KRIPKE, Samuel A. Naming and necessity. In Davidson, D. e G. Harman (orgs.), *Semantics of Natural Language*. Dordrecht: Reidel. 1972.

PIRES DE OLIVEIRA, Roberta. *As interfaces sintaxe-SEMÂNTICA – pragmática*. Projeto de Produtividade em Pesquisa CNPq. 2003.

PUTNAM, Hillary. *Philosophical Papers II: mind, language and reality*. Cambridge: Cambridge University Press. 1975.

## Notas

Chierchia (2003), por exemplo, tenta mostrar que é possível compatibilizá-las.

<sup>1</sup> Neste artigo estaremos nos detendo apenas em Chomsky (2000), mas ver também Chomsky (1986), Chomsky (1993).

<sup>3</sup> Essa questão já aparece claramente discutida desde a famosa resenha de Chomsky a Skinner, Chomsky (1959).

<sup>4</sup> Ver em especial Chomsky (1993).

<sup>5</sup> Vale lembrar que para Chomsky as linguagens formais só são linguagem por metáfora; daí as nossas aspas.

<sup>6</sup> Ver em especial Chomsky (1986).

<sup>7</sup> Há uma interpretação de *perseguir* no PB que pode não acarretar seguir; trata-se a interpretação psicológica do verbo. Mas se nos atermos à idéia espacial de perseguir, então estamos já assumindo seguir.